

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
NÚCLEO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA DO PROFESSOR PAULO NEVES DE
CARVALHO

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

FERNANDES FILHO, José / NR-PNC, 2014. 20 p.

FERNANDES FILHO, JOSÉ
(depoimento, 2014)

Belo Horizonte

2014

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História Temática

Entrevistador: Evaristo Caixeta Pimenta

Transcrição: Evaristo Caixeta Pimenta

Conferência da transcrição: Evaristo Caixeta Pimenta

Copidesque: Evaristo Caixeta Pimenta

Local: Belo Horizonte - MG - Brasil

Data: 07/10/2014

Duração: 57 minutos

Páginas: 20

Entrevista realizada no contexto do processo de implantação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho.

Temas:

Legenda:

ECP – EVARISTO CAIXETA PIMENTA (entrevistador)

JFF – JOSÉ FERNANDES FILHO

ECP – Desembargador, em quais circunstâncias o senhor conheceu o Professor Paulo Neves de Carvalho?

JFF – Eu conheci o Professor Paulo Neves quando aluno dele na Faculdade de Direito. Houve um período em que ele lecionou rapidamente na Universidade Católica. Depois ele se dedicou inteiramente ao magistério público, na Escola de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Então eu o conheci ainda na Católica. Naquela oportunidade, nos meus primeiros anos de vida acadêmica, eu percebi que Paulo Neves tinha um traço que me aproximava muito dele, que me fazia um seguidor muito definido: era o grande respeito que ele tinha pelo servidor público. Naquela época, era muito comum – diferentemente de hoje, graças a Deus, em que há um reconhecimento crescente do servidor público – que o servidor público fosse olhado como uma pessoa que fazia um “bico”, que acrescentava alguma coisa ao seu orçamento com os vencimentos que recebia do Poder Público. E o servidor público, sem estímulos, mesmo vocacionado, também se sentia muito frustrado. O Professor Paulo Neves sempre pregava a possibilidade da excelência do serviço público, malgrado da falta de estímulo que se abatia sobre o servidor, sobretudo àquela época. Posteriormente, aconteceu um fato muito interessante e de uma singularidade inusitada. A minha amizade com Seabra Fagundes¹ foi tão grande ou maior do que a amizade do Paulo Neves com ele. E o Professor Paulo Neves dava aulas na Escola de Engenharia da UFMG. Naquela oportunidade, ele me convidou para ajudá-lo no ofício do magistério naquela Escola. E nesta ocasião, eu me aproximei mais do Professor Paulo Neves de Carvalho. Ele me estimulava muito a exercer a carreira acadêmica e insinuou para mim que precisaria de um assistente para trabalhar com ele na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Eu era moço ainda, Delegado do Tribunal de Contas da União, e, na época, conheci uma pessoa que, a meu ver, tinha todas as condições de ser o assistente do Paulo Neves na Escola de Direito. Então fui à Secretaria de Administração Municipal – na época ele era Secretário de Administração Municipal – com o propósito de submeter à criteriosa revisão do Professor o nome da pessoa que me parecia ser a mais indicada para exercer o magistério com ele na Escola de Direito. Eu já estava na Escola de Engenharia com ele e quis dar esta oportunidade a alguém da minha confiança que fosse sério e competente. Subi os degraus das escadas que davam acesso ao gabinete do Paulo Neves, que ficava no quarto andar, e me lembro bem de que,

¹ **Miguel Seabra Fagundes (1910-1993)**. Natural de Natal (RN), Seabra Fagundes bacharelou-se em março de 1932 pela Faculdade de Direito do Recife e, no mesmo ano, foi designado para o cargo de Procurador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. Em 1935, na qualidade de representante dos advogados, foi nomeado Desembargador da Corte de Apelação do Estado. A partir de 1945, representou o Rio Grande do Norte como interventor federal e presidente do Tribunal de Justiça. Foi eleito Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no dia 11 agosto de 1954, mas licenciou-se do cargo no dia 24 do mesmo mês para assumir a pasta do Ministério da Justiça a convite do Presidente da República Café Filho. Em fevereiro de 1955, após divergências com o governo, pediu demissão do cargo de ministro e reassumiu a Presidência da Ordem, permanecendo no cargo até agosto de 1956. Em abril de 1970, foi eleito presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), e, desafiando a ditadura militar da época, fez um forte discurso defendendo com obstinação a legalidade democrática. Foi um dos ativistas pela reestruturação do habeas-corpus e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Fonte: <<http://www.oab.org.br/centrocultural/agraciadosmedalhamiguelseabra.asp>>. Acesso em: 16 set. 2014

recebido por ele, falei a respeito da pessoa que eu gostaria de indicar, com a permissão dele, que me confienciava o desejo de ter alguém ao seu lado. Levei para ele o currículo dessa pessoa que, aliás, ele já conhecia e, durante alguns minutos, discorri sobre a personalidade, o caráter e o espírito público daquele que eu indicava, o que o fazia muito parecido com o Paulo Neves com relação à valorização do servidor público. Paulo me ouviu com todo o respeito, com todo o interesse, não me interrompeu, e, ao final da conversa, para surpresa minha, referiu-se ao indicado de uma maneira muito elegante, de uma maneira muito cortês, reconhecendo-lhe as qualidades que eu já declinara para ele, mas me disse, surpreendentemente, que tinha outro candidato. E eu falei: “é muito natural que o senhor tenha outro candidato. Por isto, o senhor fará uma escolha muito criteriosa como é do seu feitio”. E ele respondeu: “não. Eu vou lhe confienciar desde já quem é o meu candidato”. Parei para ouvir e ele então detonou a notícia de que o candidato seria eu. Fiquei bastante perturbado, primeiro porque não me considerava à altura da tarefa de ser assistente de Paulo Neves na Escola de Direito. Em segundo lugar, eu fiquei numa situação muito desconfortável com a pessoa que eu indiquei porque ela sabia que eu iria me encontrar com Paulo Neves para indicá-la. Perguntei-me, descendo trôpego pelas escadas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, como eu iria explicar isso para esta pessoa, a quem eu informei que iria indicar, que o indicado, o preferido do Paulo Neves era eu. Procurei a pessoa, com toda a lealdade, e expliquei para ela o que ocorrera. Esta pessoa, de muita grandeza, de muito bom caráter, me conhecia e sabia que eu também tinha um caráter de quem procurava ser reto, compreendeu a situação. E eu então comecei a trabalhar com o Professor Paulo Neves como seu assistente. Era uma espécie de cargo de confiança do professor universitário, naquela época. Posteriormente, fiz carreira universitária e me aposentei na faculdade como professor adjunto, sempre trabalhando ao lado do Professor Paulo Neves de Carvalho, até quando, eleito Presidente do Tribunal de Justiça e, sabendo ser impossível para qualquer ser humano, dedicar-se ao magistério e aos desafios do Tribunal de Justiça, decidi me aposentar da Faculdade de Direito para ser apenas o Presidente do Tribunal de Justiça. Desde aquela época então, passei a conviver de uma maneira muito próxima, quase íntima, com o Paulo Neves de Carvalho. Conheci toda a sua família, todas as suas dificuldades, sobretudo financeiras. Ele era um homem pobre, inteiramente despojado. Ele nunca pretendia qualquer coisa para si próprio, mas muito preocupado com a família, que já era grande, estando uma das filhas gravemente doente. Mas a nossa convivência se estreitou muito a partir de então e eu, já Desembargador do Tribunal de Justiça e Presidente dessa instituição. Tudo isso não me afastou do Paulo Neves, pelo contrário, nós estivemos muito presentes. Ele fazia uma assistência praticamente gratuita aos Prefeitos Municipais. Oferecia suporte para o ofício do Prefeito Municipal e, às vezes, até ensaiava uma atividade de advocacia. Ele advogou muito pouco. O seu trabalho era muito mais de orientação, de encaminhamento, de resgate da Administração Municipal, tão esquecida, tão amaldiçoada àquela época, do que o da advocacia militante. Foi assim que começou, por assim dizer, a minha convivência duradoura, rica e profundamente misteriosa com o Paulo Neves de Carvalho até o instante em que ele, chamado, partiu deixando uma grande lacuna na vida republicana e docente de Minas Gerais.

ECP – Quais foram, Desembargador, as primeiras impressões que o senhor teve sobre a figura do Professor Paulo Neves quando o conheceu?

JFF – Eu acho que posso dizer, com fidelidade, que a minha primeira impressão ao conhecer o Paulo Neves de Carvalho foi a de estar diante de um sonhador, de um homem diferenciado dos demais, porque ele colocava os seus sonhos, as suas esperanças, as suas expectativas, acima da média, e voltado sempre para a valorização do serviço público. Naquela época ele ainda tinha cabelos grisalhos, não eram brancos como quando ele morreu. E ele falava com tal entusiasmo em conferências, em palestras, em salas de aula e mesmo nos diálogos que tinha comigo... Ele falava com tanta esperança sobre a valorização do servidor público, que aquilo me tocou profundamente, porque eu também achava, desde moço, que o servidor público prestava um serviço digno, um serviço importante para o Estado, mas no anonimato, esquecido, abandonado, desestimulado e, apesar disso, o serviço era de boa qualidade. Eu me lembro que falava-se, como se fala muito hoje – hoje talvez mais do que naquela época, sobre a corrupção no serviço público. Eu dizia para o Paulo Neves – e tenho certeza de que falava, com a absoluta aprovação dele – que o servidor público era, em princípio, um ser honesto, ou seja, sério, honrado, de bem, que queria acertar. É claro que, por não ter instrumentos modernos e adequados para essa atividade, ele à vezes errava, mas nunca com o propósito de se beneficiar, muito ao contrário. O servidor público era, naquela época, um homem pobre também. Referindo-me apenas aos servidores estaduais, muitos deles eram moradores do bairro Funcionários que os abrigava de uma forma muito curiosa, porque todos se agregaram em torno das Secretarias de Estado no bairro que passou a se chamar Funcionários em homenagem a eles. E eu os via, como um todo que estava a serviço do bem, a serviço da dignidade do serviço público. E esse traço, que eu sentia desde moço, quase desde a adolescência, era muito presente na concepção do Paulo Neves, na maneira com que ele via o serviço público, isto é, como uma grande sementeira da qual poderiam brotar muitas e verdadeiras vocações para a renovação dos seus quadros. Foi isso que me aproximou tanto do Paulo Neves de Carvalho.

ECP – Um período da trajetória do Professor Paulo Neves que nos é especialmente obscuro é a sua passagem, nos anos 1950, pelos Estados Unidos, onde fez toda a sua pós-graduação. Não temos nenhum dado a respeito das circunstâncias da sua ida para lá, se foi mediante bolsas de estudo – até presumo que sim, mas não conhecemos maiores detalhes. Eu gostaria de saber se o senhor se recorda de algum relato do Professor a respeito do período em que ele esteve nos Estados Unidos ou sobre impressões que ele trouxe de lá.

JFF – Esse período da vida do Professor Paulo Neves é anterior ao meu conhecimento com ele. Eu o conheci depois que ele havia retornado dos Estados Unidos, com a tese já publicada. Então eu não conheço objetivamente, com segurança, muita coisa sobre este assunto. Eu posso dizer, para ficar registrado, que, já naquela época, o Paulo Neves falava inglês muito bem – a tese dele foi escrita em inglês – e tinha muitos contatos com o consulado americano. Então eu presumo que a maneira de ser do Paulo Neves, que era

um *gentleman*, um cavalheiro, quase que um diplomata, provavelmente deve ter sido percebida pelas autoridades americanas, a partir do consulado, que certamente estenderam a mão para que ele fosse ao exterior e para que lá fizesse o seu curso de doutoramento. Não sei se naquela época já existiam bolsas de estudo ou o Conselho Nacional de Pesquisa, para fomentar a ida de brasileiros ao exterior, creio que não. Então esse período da vida do Paulo também para mim é fechado. Eu não tenho informações sobre ele. Nem nos contatos, dos inúmeros que tive com a família dele, obtive informações.

ECP – Pouco tempo após o retorno do Professor Paulo Neves ao Brasil, ele foi nomeado Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura de Belo Horizonte, durante a gestão do Prefeito Celso Melo de Azevedo². E esse é um episódio muito interessante da trajetória do Professor Paulo Neves porque ele empreendeu uma reforma administrativa que foi extremamente pioneira, não só no contexto estadual, mas também no nacional. Nesse trabalho, o Professor obteve apoio de um programa de cooperação interamericano, com os Estados Unidos, o chamado Programa Ponto IV. Em linhas gerais, o Professor Paulo Neves deu início, na década de 1950, a um processo de modernização da administração pública belo-horizontina, por meio do qual promoveu uma série de concursos públicos, em contraposição à interinidade, que era reinante. O Professor também fomentou o aperfeiçoamento dos servidores municipais, enviando muitos deles para estudarem nos Estados- Unidos, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, ou em cursos locais promovidos pela Prefeitura. Por fim, a iniciativa foi coroada com a lei nº 620, de 1957, que aprovou novos quadros de pessoal e instituiu um novo sistema de classificação de cargos. Então essa foi uma reforma administrativa excepcional para a época. Eu gostaria de saber se o senhor tem algo a dizer a respeito dessa reforma e sobre o que ela representou naquele contexto.

JFF – Não. Não tenho muito a dizer. Eu era simplesmente aluno do Paulo Neves nesse período. Eu me lembro bem que o procurei na Secretaria de Administração, durante o período que o Celso Melo de Azevedo era o Prefeito, e tive o conhecimento desta grande e vitoriosa iniciativa do Professor, pondo em prática, digamos, os princípios que

² **Celso Mello de Azevedo (1915-2004)**. Natural de Belo Horizonte (MG), Celso Mello de Azevedo formou-se em 1940, pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais. Foi engenheiro de duas construtoras e fundou a firma Melo de Azevedo e Cia, mais tarde Construtora Melo de Azevedo, da qual foi Presidente. Presidiu também a fábrica de tratores Deutz – Minas, a Industrial Café do Brasil (Socafé), a Rádio Jornal de Minas e o jornal O Diário de Belo Horizonte. Integrou a diretoria do Banco Agrícola de Minas Gerais e foi auxiliar de fiscalização de calçamento, auxiliar de serviços de primeira classe do Laboratório de Saneamento, fiscal de posturas e topógrafo da Planta Cadastral. Em janeiro de 1955, foi eleito Prefeito de Belo Horizonte pela coligação partidária UDN-PR-PDC-PTN-PL com mais de 51 mil votos. Durante sua gestão, entre outros feitos, presidiu a Associação Brasileira de Municípios e a Associação Mineira de Municípios, assinou convênio com o Governo do Estado referente ao crédito para a conclusão do Teatro Municipal, criou novas linhas de ônibus elétricos, transferiu a Biblioteca Municipal para o edifício Alcazan, criou, no antigo Cassino da Pampulha, o Museu de Arte de Belo Horizonte e inaugurou a avenida ligando o Barreiro à Cidade Industrial. Esteve no cargo até janeiro de 1959. Após sua saída da Prefeitura, Mello de Azevedo foi ainda Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, Secretário estadual de Obras Públicas e provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Fonte: *Prefeitos de Belo Horizonte 1897-1997* / Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

ele adotara para viver relativamente ao serviço público. A informação que você está me dando agora, ou seja, a de que ele conseguiu apoio mediante uma cooperação com o Programa Ponto IV, mostra, a meu ver, as boas relações que ele tinha, à época, com a Administração Pública americana. Sendo assim, ele inaugurou, sem a menor dúvida, uma nova era no serviço público brasileiro. Já se tentava um trabalho semelhante no Governo Federal com a valorização do sistema de mérito. E o Professor Paulo Neves de Carvalho, ao dirigir a parte administrativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, não perdeu a oportunidade de colocar em prática tudo aquilo que ele acreditava, como o sistema de mérito, a dignidade, a honradez, a seriedade do serviço público; e a oportunidade de resgatar, por assim dizer, o verdadeiro sentido, tão bonito, do que é o servidor público, não é? Aquele que põe a sua vida a serviço do público, sobretudo em um país como o nosso em que os ideais republicanos prevaleceram, desde 1889. Então eu acho que o Professor Paulo Neves se entregou a esse trabalho com muito entusiasmo, dedicando-se até à medula, como era do seu feitio em tudo o que fazia.

ECP – Alguns anos após a reforma administrativa empreendida na Prefeitura de Belo Horizonte, o Professor Paulo Neves seguiu um movimento muito parecido no Governo do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do Governador Magalhães Pinto³, cujo

³ **José de Magalhães Pinto (1909-1996)**. Natural de Santo Antônio do Monte (MG), Magalhães Pinto foi admitido por concurso, em 1926, como escriturário no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, depois Banco do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1929, trocou o Banco Hipotecário pelo Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais. Em menos de quatro anos, Magalhães Pinto tornou-se gerente do Banco da Lavoura e, em 1935, diretor da matriz em Belo Horizonte. Em 1938, passou a ocupar a presidência da Associação Comercial de Minas Gerais, além de passar a dirigir no final desse ano a sucursal do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro. A partir de 1939, presidiu a recém-criada Federação de Comércio de Minas Gerais, tornando-se ainda diretor da companhia Níquel Tocantins, da Mineração e Usina Wigg e da Companhia de Seguros Minas-Brasil (foi um dos fundadores das duas últimas). Presidiu também o Sindicato Nacional dos Exportadores de Ferro e Metais Básicos. Na mesma década, iniciou seu curso na Faculdade de Direito de Minas Gerais. No decorrer do ano de 1943, Magalhães Pinto passou a se reunir com um grupo de políticos mineiros que faziam oposição ao Estado Novo, o qual era integrado por Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga e Pedro Aleixo. Esse grupo decidiu promover uma manifestação das personalidades mineiras de contestação ao Estado Novo. Nessa época, Magalhães Pinto já era um dos homens mais prestigiados na vida econômica mineira. No dia 24 de outubro de 1943 foi divulgado o chamado Manifesto dos mineiros, que se constituiu no primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. A subscrição do documento ficou limitada aos mineiros: eram 92 assinaturas – entre as quais, a de Magalhães Pinto. Vários signatários sofreram sanções em suas vidas profissionais. Por esse motivo, com base no artigo 177 da Constituição de 1937, foram demitidos ou aposentados todos aqueles que trabalhavam em empresas públicas e, nos casos de estabelecimentos particulares, o governo pressionou seus proprietários, na maioria das vezes com êxito. Entre os punidos figurava Magalhães Pinto, que foi afastado do cargo de diretor não só do Banco da Lavoura, mas também de outras empresas que dirigia. No período seguinte, juntamente com seu irmão Valdomiro, Magalhães Pinto mobilizou alguns amigos para a formação de um banco, com os quais recolheu um montante de 90 mil contos de réis e criou o Banco Nacional de Minas Gerais, em maio de 1944. Com a reorganização dos partidos, iniciada com a edição do Ato Adicional em fevereiro de 1945, os setores que vinham se opondo ao Estado Novo reuniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945. Entre os grupos que integraram o novo partido figuravam as facções liberais com forte identificação regional: no caso de Minas Gerais, foram os inspiradores do manifesto, como Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco e Milton Campos. Em dezembro de 1945, Magalhães Pinto foi eleito por Minas Gerais, na legenda da UDN, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Participou ativamente dos trabalhos da Constituinte iniciados em 5 de fevereiro de 1946, atuando em particular na Comissão de Finanças. Com a promulgação da nova Constituição, em 17 de setembro seguinte, a Assembleia Constituinte foi desdobrada em Câmara e Senado, passando seus integrantes a exercer o mandato legislativo ordinário.

Entretanto, com a posse do udenista Milton Campos no governo de Minas Gerais, em 19 de março de 1947, Magalhães Pinto foi convidado para ocupar a secretaria de Finanças do novo governo, o que provocou seu afastamento da Câmara. Permaneceu no cargo até julho de 1950, quando retomou a atividade parlamentar, visando candidatar-se mais uma vez à Câmara dos Deputados. Reeleito para a legislatura iniciada em fevereiro de 1951, obteve nova reeleição, sempre na legenda da UDN, no pleito de outubro de 1954. Em 1958, foi escolhido presidente da UDN de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que era reeleito deputado federal no pleito de outubro desse ano. No início de 1959, Magalhães Pinto foi escolhido presidente nacional da UDN e, atendendo à ala liderada pelo deputado federal Carlos Lacerda, apoiou a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República nas eleições de 1960. Na mesma eleição, Magalhães Pinto derrotou o candidato pessedista Tancredo Neves e assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais. Com a crise política causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, um grupo de políticos, incluindo Magalhães Pinto, reuniu-se para discutir a possibilidade de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que era identificado com um programa de reformas de base (agrária, urbana, bancária, tributária e constitucional) defendido por partidos de esquerda e pelo movimento sindical. Por essa razão, foram vários os apelos dos governadores estaduais para que Jânio permanecesse no cargo e para que o Congresso rejeitasse a renúncia do presidente. Todavia, a maioria do PSD-PTB no Congresso considerou a renúncia um fato consumado, o que provocou o veto dos três ministros militares à posse de João Goulart. Ao mesmo tempo, assumiu o governo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o segundo na linha sucessória. Considerando que a solução da crise parecia encaminhar-se para a instalação de um regime parlamentarista, Magalhães Pinto tomou parte nos entendimentos mantidos nas áreas civil e militar sobre o regresso de Goulart, promovendo no Rio de Janeiro uma reunião de governadores para um pacto de segurança das instituições frente à instalação do novo governo. A crise foi solucionada com a promulgação, no dia 2 de setembro de 1961, da Emenda Constitucional nº 4, que instaurou o sistema parlamentarista de governo, reduzindo assim os poderes presidenciais. Apesar de a emenda parlamentarista prever para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade ou não do parlamentarismo, a forte pressão exercida durante o ano de 1962 por amplos setores da sociedade pela realização imediata do plebiscito fez com que o Congresso aprovasse, no dia 15 de setembro de 1962, a Lei Complementar nº 2, que marcava o plebiscito para 6 de janeiro do ano seguinte. Os governadores, inclusive Magalhães Pinto, apoiavam a realização do plebiscito com o objetivo de unificar o comando do país, centralizando o poder político e revigorando a autoridade do governo. Após a realização do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, que determinou a volta do regime presidencialista, a ala lacerdista da UDN — mais radical — passou a conquistar cada vez mais espaço ao assumir uma guerra declarada contra o governo Goulart. A partir de outubro, a conspiração contra o governo já começava a tomar corpo em vários estados e, em Minas, Magalhães Pinto desenvolvia articulações com os conspiradores militares, general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte, e general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar (RM) e da 4ª Divisão de Infantaria (DI), em Juiz de Fora. Em 15 de janeiro de 1964, Magalhães Pinto convidou o deputado udenista José Monteiro de Castro para assumir imediatamente a Secretaria de Segurança Pública com a missão de engajar-se na articulação da insurreição armada. O secretário do Interior e Justiça do estado, Osvaldo Pieruccetti, já recebera também o mesmo encargo. Segundo Magalhães Pinto, “a 1º de março de 1964 todos os dispositivos estavam ajustados para a contestação armada”. No dia 28 de março de 1964, Magalhães Pinto dirigiu-se a Juiz de Fora para encontrar-se com o marechal Odílio Denis e os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. No encontro ficou decidido que o dia 31 seria a data da deflagração do movimento, à revelia de Castelo Branco, que o marcara para o dia 2 de abril. No próprio dia 28 de março, Magalhães Pinto autorizou o comandante da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, a colocar seus 20 mil soldados em condições de iniciar a luta no dia 31, ao lado das unidades federais. A unidade militar do estado estava assegurada pelos generais Guedes e Mourão Filho, aos quais juntava-se o general Antônio Carlos Murici, enviado recentemente a Minas pelo Marechal Castelo Branco com o objetivo de assumir “o comando da vanguarda revolucionária”. Magalhães Pinto determinou ainda a requisição de todo o estoque de gasolina existente no estado, além de reorganizar o seu secretariado com o objetivo de dar uma unidade política a Minas para a sustentação do movimento que se iniciava. Foram então incorporados ao seu gabinete figuras experientes como Milton Campos, José Maria Alkmin e Afonso Arinos de Melo Franco. Este último ficaria encarregado de negociar o reconhecimento internacional da condição de nação beligerante para Minas e para os estados que com ela formassem em caso de guerra civil. Contavam ainda, conforme seria revelado pela imprensa muitos anos depois, com o fornecimento de petróleo e material bélico por parte dos Estados Unidos, através de uma operação de apoio militar denominada “Brother Sam”. A participação do Presidente Goulart na comemoração dos 40 anos da Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar, realizada nos salões do Automóvel

Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de março, considerada um estímulo à indisciplina nos quartéis, agravou ainda mais a crise político-militar que já se acentuara com o episódio da revolta dos marinheiros, em termos de desrespeito à hierarquia militar. Na manhã do dia seguinte, com o objetivo de deflagrar o movimento anti-Goulart, o general Mourão Filho enviou seus homens em direção ao Rio de Janeiro. O gesto do general surpreendeu a oficialidade dos outros estados, inclusive Castelo Branco, que entrou imediatamente em contato com Magalhães Pinto para que fosse emitida uma ordem de volta aos quartéis. Diante da negativa de Magalhães Pinto, sob o argumento de que as tropas já estavam próximas da divisa de Minas Gerais com o estado do Rio de Janeiro e de que só voltaria para os quartéis com a derrota ou a vitória, Castelo Branco alertou os oficiais de que não havia outra escolha a não ser apoiar o levante de Minas, que, caso contrário, seria esmagado. Foram também presos vários líderes estudantis e sindicais de esquerda em Minas. Nos dias que se seguiram à derrubada de Goulart, Magalhães Pinto participou das negociações que iriam apontar o novo presidente da República. No dia 4 de abril compareceu a uma reunião com mais seis governadores no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, para discutir a sucessão presidencial. Os governadores eram favoráveis à eleição imediata do presidente pelo Congresso e, na escolha de um nome, só o de Castelo Branco obteve consenso. No dia 5 de abril, em nova reunião realizada em clima menos tenso com cinco governadores e dois representantes de Lacerda e Magalhães Pinto, Costa e Silva voltou atrás em suas posições e concordou com a indicação do nome de Castelo Branco. Na noite do dia 5, Castelo aceitou finalmente o convite. Embora vários nomes tivessem sido cogitados para a presidência da República — inclusive o de Magalhães Pinto —, foi Castelo Branco a única indicação capaz de manter a unidade militar e dar consequência administrativa e política ao movimento de 31 de março. João Agripino foi autor da subemenda de prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 — com eleições marcadas para outubro de 1966 —, que o Congresso viria a aprovar no dia 22 de julho de 1964. No dia 25 de outubro de 1965, os líderes civis do movimento de março de 1964 — Magalhães Pinto, Lacerda e Ademar de Barros — romperam com Castelo em protesto contra a política econômico-financeira vigente e contra as medidas políticas que haviam impedido a prorrogação dos mandatos. Diante da crise política instalada no país e do prenúncio de rejeição no Congresso das emendas constitucionais propostas pelo governo, Castelo decidiu editar, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 que, entre outras medidas, declarava a extinção dos partidos e a realização de eleições indiretas para a presidência da República e para os governos estaduais, reabrindo o processo de cassações de mandatos e de suspensões de direitos políticos. Durante seu governo, Magalhães Pinto criou o Banco de Desenvolvimento do Estado, a Bolsa de Valores de Minas Gerais, a Eletrificação Rural de Minas Gerais (Ermig) e a Metais de Minas Gerais (Metamig), esta última com o objetivo de racionalizar a política de minérios no estado. Criou ainda as secretarias de Ação Social, do Abastecimento e do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. No dia 31 de janeiro de 1966 deixou o governo do estado, transmitindo-o a Israel Pinheiro. Em março de 1966, Magalhães Pinto anunciou seu ingresso na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da situação formado após a edição do AI-2, tendo como oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No pleito de novembro de 1966, Magalhães Pinto foi novamente eleito deputado federal por Minas na legenda da Arena. Empossado em fevereiro de 1967, exerceu o mandato apenas até o dia 14 de março seguinte, pois nesse meio tempo havia recebido e aceito o convite de Costa e Silva para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Durante todo o ano de 1968, realizaram-se várias greves operárias e as manifestações estudantis de repúdio ao regime vigente. A crescente mobilização desses setores — que contavam com o apoio de setores da Igreja e de alguns segmentos da classe média — e o agravamento das tensões entre governo e oposição levaram o governo a editar o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, além de suspender a garantia de habeas-corpus para os crimes contra a segurança nacional. Como ministro, Magalhães Pinto foi um dos subscritores dessa medida responsável por um maior fechamento do regime. Nesse mesmo dia, o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Logo após a edição do AI-5 foram presos vários jornalistas e políticos oposicionistas, entre os quais o ex-governador Lacerda e o ex-presidente Kubitschek, além de parlamentares do MDB e da própria Arena. No dia 25 de outubro, o Congresso recém-aberto elegeu o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, para ocupar a presidência da República por 293 votos contra 76 abstenções (correspondentes à bancada do MDB). O novo presidente foi empossado no dia 30 de outubro de 1969. No novo governo, Magalhães Pinto foi substituído por Mário Gibson Barbosa e retomou em seguida suas funções de deputado federal. No pleito de 15 de novembro de 1970, Magalhães Pinto foi eleito senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Em fevereiro de 1975, foi eleito por unanimidade presidente do Senado para o biênio 1975-1976. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a constituição de novos

resultado mais conhecido foi a famosa lei n. 3.214, de 1964. Qual foi o significado deste episódio?

JFF – Na minha perspectiva, o Paulo Neves, que iniciou uma trajetória revolucionária no serviço público municipal, levou para o Estado de Minas Gerais as ideias sobre o serviço público que ele carregava com tanto carinho e tentou realizar uma reforma maior, mais abrangente, mais significativa, de acordo com aqueles princípios: sistema de mérito, moralidade do serviço público e organização, que faz parte da tese dele no exterior. A organização do Estado de Minas Gerais não era orgânica. Era um Estado, por assim dizer, múltiplo, com atividades redundantes. Na época, o Hélio Beltrão⁴

partidos, intensificou-se a mobilização de Magalhães Pinto para a formação de uma nova agremiação. Em fins de dezembro foi lançado o Partido Popular (PP), que tinha entre seus fundadores os mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves. A legenda definia-se como “um partido de oposição — popular, progressista e nacionalista — [que visava] a conquistar democraticamente o governo”. Em março de 1982, aceitando convite feito pelo presidente Figueiredo, Magalhães Pinto ingressou no PDS. Magalhães candidatou-se no pleito de novembro de 1982 à Câmara dos Deputados na legenda do PDS, sendo mais uma vez eleito. Reconhecendo a autenticidade das reivindicações em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, Magalhães Pinto deu, em março de 1984, um longo depoimento ao *Jornal do Brasil*, em que admitia o esgotamento do regime militar e convocava as lideranças nacionais para a realização de um “pacto de transição institucional”. Pela proposta de Magalhães, o entendimento nacional deveria ser conduzido pelo Presidente Figueiredo. Rejeitadas as diretas e confirmado o Colégio Eleitoral previsto para janeiro de 1985, o quadro sucessório progressivamente foi se definindo. Em agosto de 1984, a oposição sancionou o nome de Tancredo Neves, lançado candidato à presidência pela Aliança Democrática, coligação que uniu o PMDB à Frente Liberal — uma dissidência liderada por Aureliano Chaves no interior do PDS. No Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Magalhães Pinto votou em Tancredo Neves, seu antigo adversário político que, confirmando todas as expectativas, elegeu-se presidente da República após 21 anos de regime militar. Esta votação representou a última ação política da carreira de Magalhães, pois foi acometido por um derrame cerebral, obrigando-o a afastar-se da Câmara em abril daquele ano. Fonte: PINTO, Magalhães (Verbete). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁴ **Hélio Marcos Pena Beltrão (1916-1997)**. Natural do Rio de Janeiro (RJ), Hélio Beltrão ingressou no serviço público em 1936, após prestar concurso para provimento de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), fundado nesse mesmo ano. Aprovado em primeiro lugar, foi nomeado para o quadro permanente desse órgão e, no ano seguinte, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Rio de Janeiro. Foi chefe de gabinete e da assessoria técnica do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1953, e integrante da diretoria da Petrobras de 1954 a 1956, período em que foi o principal responsável pela elaboração do plano de organização da empresa. Presidiu o Instituto Brasileiro do Petróleo entre 1958 e 1962. Durante o governo de Carlos Lacerda no então estado da Guanabara (1960-1965), foi secretário do Interior e Planejamento. No ano seguinte, tornou-se também responsável pelo planejamento básico do governo de Virgílio Távora no Ceará (1963-1966). Em decorrência do Ato Institucional nº 2, que, assinado pelo presidente Castelo Branco em 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos, teve início um amplo movimento para a formação de uma agremiação de apoio ao governo. Beltrão foi um dos primeiros a ingressar na Aliança Renovadora Nacional (Arena), criada no início de 1966 para dar respaldo político ao regime militar instalado em março de 1964. Com a saída de Sandra Cavalcanti da presidência do Banco Nacional da Habitação (BNH), passou a integrar, ainda em 1966, o conselho administrativo desse órgão, nomeado por seu novo presidente, Mário Trindade. Foi o responsável pela elaboração do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que estabeleceu normas sobre a organização da administração federal e diretrizes para a reforma administrativa, além de outorgar ao Executivo competência para estruturar novos órgãos e poderes para promover a reforma. Com esse decreto, o governo tentava “desburocratizar” o serviço público e descentralizar atividades, criando a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e secretarias gerais em cada um dos ministérios. Em 15 de março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência da República e, nesse mesmo dia, Beltrão foi empossado na pasta do Planejamento, passando ainda a integrar o Conselho Monetário Nacional. Em abril de 1967, de acordo com uma das premissas básicas de sua política de planejamento — a descentralização administrativa —, determinou a instalação de

escritórios de representação do Ministério do Planejamento em vários estados, dando-lhes competência para tomar decisões independentemente de consultas à administração central. Em junho do mesmo ano, anunciou oficialmente o programa de desenvolvimento a ser adotado pelo governo. De acordo com a política econômica definida pelo presidente Costa e Silva, foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) como tentativa de conciliar o controle da inflação com o desenvolvimento econômico. Por determinação de Beltrão, em setembro seguinte começou a ser elaborado pelos setores técnicos do Ministério do Planejamento, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Plano Trienal do governo, com o objetivo de estabelecer as metas a serem alcançadas no período 1968-1970. Em outubro, Beltrão constituiu um grupo de trabalho interministerial com o propósito de formular as bases para a sugestão de medidas destinadas a configurar uma política de expansão do mercado interno e, em dezembro, concluiu negociações com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), agência financeira das Nações Unidas mais conhecida por Banco Mundial, e o Export-Import Bank (Eximbank) para um empréstimo de 61 milhões de dólares destinados a programas de desenvolvimento do governo brasileiro em 1968. Em agosto, passou a integrar, como ministro do Planejamento, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), criado por decreto presidencial para fixar e pôr em prática a política reguladora de preços do governo. Também integravam o órgão os ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e da Agricultura. Em setembro, assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho da Reforma Agrária, criado pelo presidente da República com a finalidade de estudar a incidência e a aplicação do Imposto Territorial Rural, a revisão do Estatuto da Terra, as novas formas de desapropriação e regime de propriedade e fusão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). No dia 29 do mesmo mês, um decreto presidencial estabeleceu em definitivo a estrutura de execução da reforma administrativa de todos os ministérios e criou a Comissão Central de Reforma Administrativa. Em 13 de dezembro de 1968, em sessão do Conselho de Segurança Nacional, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5, que deu ao presidente poderes para decretar o recesso do Congresso e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, cassar mandatos eletivos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e abolir a garantia do habeas-corpus. Em janeiro do ano seguinte, afastou-se do conselho administrativo do BNH, do qual fazia parte desde 1966, e, em maio, com Antônio Dias Leite, ministro das Minas e Energia, instalou a Comissão Consultiva para o Planejamento Energético. Esta comissão foi criada com a finalidade de realizar estudos preliminares do programa de investimentos no setor energético, a ser elaborado pelo próprio Ministério do Planejamento. Na qualidade de ministro do Planejamento, integrou ainda o Conselho de Desenvolvimento Comercial, criado por decreto presidencial em julho de 1969. Em 30 de outubro de 1969, quando o general Garrastazu Médici assumiu a chefia do governo por indicação das forças armadas, substituindo em definitivo Costa e Silva, Beltrão deixou o Ministério do Planejamento, recusando o convite do novo presidente para permanecer no cargo, sob a alegação de motivos particulares. Retornou à iniciativa privada como vice-presidente da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa holding do Grupo Ultra, associado à Phillips Petroleum Co., e como diretor da Mesbla. Em 1971 assumiu a vice-presidência da Companhia de Cimento Portland Paraíso, empresa holding do Grupo Paraíso. Por ato do presidente Ernesto Geisel, passou a integrar, em 1978, o conselho administrativo da Itaipu Binacional. Ainda nesse ano, participou como relator do Plano de Ação do BNDE para o período 1978-1981, aprovado pelo conselho administrativo desse órgão em junho, e tornou-se membro do conselho administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional, aí permanecendo até 1979. Em 11 de julho deste último ano, foi convidado pelo presidente João Figueiredo para assessorá-lo num amplo estudo visando a promover a “desburocratização” da máquina estatal e a encontrar os meios capazes de conter a crescente intervenção do Estado junto à comunidade e no empresariado. Assumiu o cargo de ministro extraordinário da Desburocratização em 18 de julho de 1979 e, desde então, através de leis, decretos-leis, portarias e outros atos, implantou várias inovações simplificadoras, abolindo mais de oitocentos milhões de documentos e formalidades. Entre essas medidas, incluíram-se a supressão da exigência de apresentação, nos órgãos federais, dos atestados de vida e residência, de pobreza, de idoneidade moral e de bons antecedentes, assim como do reconhecimento de firma. A ação de seu ministério, objeto de ampla divulgação pela imprensa, favoreceu a imagem do governo diante da opinião pública. Em 10 de maio de 1982, assumiu a pasta da Previdência, acumulando com o cargo de ministro da Desburocratização. Aplaudido pela oposição, em meados de 1982 sustou a liberação de cerca de dois mil credenciamentos de médicos e hospitais autorizados pelo ex-ministro Jair Soares. Em seguida, recebeu críticas e acusações de parlamentares do PDS ao autorizar a substituição de superintendentes do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS). Defendendo a integração progressiva entre a atividade administrativa e política, declarou que assim resolveria todos os problemas que o PDS tivesse com a Previdência. Lançando o projeto de conciliação nacional antes mesmo do

presidente Figueiredo, em março de 1983 foi considerado uma “boa opção civil” como candidato à presidência da República. Nessa ocasião, chegou a ser apontado numa pesquisa de opinião pública como o nome do PDS de maior respaldo popular para uma eleição direta em 1985. Mantinha boas relações com o presidente Figueiredo, o ex-presidente Ernesto Geisel e os chefes da Casa Militar, Rubem Ludwig, e da Casa Civil, Leitão de Abreu. Quando perguntado sobre a questão sucessória, costumava responder que o processo só poderia ser deflagrado por Figueiredo, a quem estava subordinado. Em agosto de 1983 mostrou-se insatisfeito com a política econômica proposta pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, por não ter sido consultado sobre as mudanças na política salarial e devido aos constantes atrasos na liberação de verbas destinadas à Previdência. Depois de ter sido negado seu pedido ao presidente Figueiredo para liberação de parte da dívida da União com a Previdência, em novembro demitiu-se do ministério e da supervisão do Programa Nacional de Desburocratização. Substituído na pasta da Previdência por Jarbas Passarinho, a partir de novembro de 1983 dedicou-se a sua campanha para presidente da República. “Eu pedi demissão do governo, mas não pedi demissão do Brasil.” Assim apresentou-se como uma opção aos pré-candidatos do PDS — Paulo Maluf, Mário Andreazza e Aureliano Chaves. Adotou, então, um tom crítico à política econômica e defendeu um programa de governo nacionalista baseado na descentralização da administração e na valorização da pequena e microempresa. Ainda em 1983, tornou-se membro do Conselho de Administração da Oxiteno do Nordeste S.A. Em fevereiro de 1984 retirou sua candidatura alegando não querer dividir votos com o vice-presidente Aureliano Chaves na convenção do partido governista. Comparando o processo da sucessão presidencial a “um espetáculo sem dignidade, um jogo de cartas marcadas, uma eleição sem povo”, manifestou sua preferência pelo restabelecimento das eleições diretas. Para ele, a eleição indireta da forma como vinha se processando estaria caminhando para a ilegitimidade, ou seja, para a violação do princípio da representatividade. Como a emenda Dante de Oliveira apresentada na Câmara em 25 de abril de 1984, que previa o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em novembro daquele ano, não obteve o número de votos indispensáveis à sua aprovação — faltaram 22 para que o projeto pudesse ser enviado à apreciação pelo Senado —, defendeu o entendimento nacional, concordando com proposta nesse sentido feita pelo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de oposição. Em julho seguinte, deixou o diretório nacional do PDS e desligou-se do partido, vindo a integrar, após a retirada da candidatura de Aureliano Chaves a presidente, a Frente Liberal. Essa dissidência pedessista viria a formar, com o PMDB, a frente oposicionista Aliança Democrática, patrocinadora da candidatura de Tancredo Neves a presidente da República no Colégio Eleitoral. Com a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, lançou em seguida oficialmente no Rio de Janeiro o Partido da Frente Liberal (PFL). Às vésperas da posse do presidente eleito, foi indicado por Tancredo Neves para ocupar a presidência da Petrobras, contando com a anuência do ex-presidente Ernesto Geisel. Mesmo depois, com a enfermidade de Tancredo e a posse de José Sarney em seu lugar, a indicação foi mantida. Assim, tomou posse em 21 de março de 1985, substituindo Telmo Dutra de Resende. Pouco antes, deixara o Conselho de Administração da Oxiteno. Considerou como prática a ser adotada durante sua administração a eficiência e a prestação de contas ao público, salientando que a meta do novo governo continuaria sendo alcançar a autossuficiência, dando prioridade ao aumento da produção e à ampliação das reservas de petróleo. Além disso, enfatizou a preocupação com a preservação do meio ambiente, bem como com a segurança das comunidades nas quais a empresa atuasse. Eleito no dia 15 desse mesmo mês presidente da Comissão Executiva do PFL no Rio, acumulou esse cargo com o de presidente da estatal, considerando aquele partido como uma das bases do novo governo. Já em novembro, inclinado a se dedicar exclusivamente à Petrobras, desligou-se da executiva do PFL. Sendo cobrado no mês seguinte por seus correligionários quanto ao apoio que deveria dar ao partido, como presidente de uma estatal, retrucou afirmando que a Petrobras estaria acima do debate e do interesse político. Em maio de 1986, alegando motivos pessoais como cansaço e necessidade de se dedicar mais à família, comunicou seu afastamento da presidência da Petrobras. Em maio de 1986, voltou a integrar o Conselho de Administração da Oxiteno, tendo sido eleito, em outubro seguinte, membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. Integrou igualmente os conselhos de administração da Nordeste Química S.A. (Norquisa) e da Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene) entre 1986 e 1995, tendo sido conselheiro suplente de ambas entre 1995 e 1996. Foi ainda membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); conselheiro de diversas empresas nacionais; assessorou a organização do Banco do Nordeste S.A. e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); e colaborou na organização do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional do Petróleo. Fonte: BELTRÃO, Hélio. (Verbete). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014

também fazia um pregação na área federal e, então, se evitava, como o Paulo Neves procurou evitar aqui em Minas Gerais, a duplicação de meios para fins idênticos. Eu acho que o testemunho do Paulo Neves, na época do governo Magalhães Pinto, foi muito avançado para aquela época e, depois que ele deixou a Secretaria de Administração do Estado, a coisa se perdeu novamente porque voltaram os hábitos, os costumes e as tradições de muitos anos de práticas desordenadas, de práticas paternalistas. Paulo Neves era muito contra o paternalismo e desejava que o servidor público fosse reconhecido pelo seu valor através, primeiro, do concurso público e depois pelas promoções que se seguissem quando se apurasse realmente o mérito de cada um. Eu me lembro que depois da administração dele isso sofreu um grave retrocesso e, a rigor, isso não foi retomado, em termos científicos, até hoje. Ninguém que sucedeu ao Paulo Neves conseguiu resgatar os ideais que ele demonstrou ao praticar o bom serviço público no município de Belo Horizonte e depois no Estado de Minas Gerais onde ele elaborou a lei nº 3.214, de muita significação. E ele pretendia ir muito além disso. Ele defendia a licitação pública como sendo um prolongamento desse trabalho que ele fazia e, ultimamente até, esse instituto se modernizou no Brasil, como todos sabemos, mas com graves vícios que perpetuam os conluíus, as fraudes, os conchavos entre os licitantes, tornando a licitação, infelizmente, uma figura de pouco crédito no serviço público brasileiro.

ECP – Desembargador, em suas passagens pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o Professor Paulo Neves estabeleceu um vínculo com um partido político em particular, isto é, a UDN⁵. No entanto, é notório que não houve nenhuma carga ideológica nas reformas administrativas empreendidas por ele. Pelo contrário, é patente que houve, na realidade, um predomínio da Ciência da Administração. O senhor teria algo a dizer a respeito dessa relação do Professor com a UDN, que não foi necessariamente uma relação político-partidária, mas que forneceu a ele um acesso por meio do qual ele pôde realizar as reformas?

JFF – Eu acho que o que aconteceu com o ingresso do Paulo Neves na administração municipal, com o Celso Melo de Azevedo, e depois na administração estadual, com o Magalhães Pinto, foi apenas uma relação de boas amizades que ele tinha. Ele não tinha nenhum vínculo partidário. Eu tenho absoluta certeza disso. O compromisso dele era com a qualidade do serviço público. E tendo a oportunidade de transformar a sua pregação em possível realidade, tanto no município de Belo Horizonte, como no Estado

⁵ A **União Democrática Nacional** foi fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se, essencialmente, pela oposição a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário nas urnas era o Partido Social Democrático (PSD). Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu espaço para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu governadores e integrou vários ministérios, inclusive no governo de Getúlio Vargas, quando Presidente eleito (1951-1954). Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e o movimento civil-militar de 1964. Fonte: UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) (Verbetes). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 15 out. 2014.

de Minas Gerais, ele então empreendeu estas reformas, acho eu, sem nenhum compromisso, sem nenhum vínculo, sem nenhuma obediência, digamos assim, a uma relação partidária que, certamente, amesquinharia um trabalho tão digno e revolucionário como esse que ele procurou fazer no serviço público brasileiro. Eu acho que se ele tivesse sido descoberto na área federal, certamente teria colocado em prática as suas ideias da mesma forma que tentou colocá-las aqui na área municipal e depois na área estadual. Se a isso fosse guindado, ele o faria com a mesma independência e com a mesma seriedade com que ele procurou fazer aqui. Paulo Neves era um homem muito simpático, até um pouco paternal, mas também muito cioso da independência profissional que ele deveria manter, até por ser fiel aos compromissos e aos princípios em que ele sempre acreditou.

ECP – A propósito disso que o senhor acabou de dizer, Desembargador, um dado que eu trago de outra entrevista⁶ – não sei se o senhor tem conhecimento disso – é o de que o Professor Paulo Neves, na condição de Secretário de Estado, chegou a recusar a oferta de um cartório da parte do Governador Magalhães Pinto.

JFF – Eu não tenho esta informação, mas não tenho nenhuma surpresa porque, da mesma forma que Seabra Fagundes, então Ministro da Justiça, recusou a cadeira de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Paulo Neves absorveu muito essa linha comportamental do Seabra Fagundes que, para mim e para outras pessoas... Todos nós – Seabra Fagundes, Paulo Neves, eu e muitos alunos que tive aos quais procurei passar essa mensagem – tínhamos essa mesma percepção de quão republicanos nós deveríamos ser. Portanto, não me causa nenhuma surpresa que o Paulo Neves, convidado, recusou o cartório que, naquela época, era dado por um ato do Governo do Estado, diferentemente do que, graças a Deus, acontece hoje em que o sistema de mérito prevalece até mesmo no serviço extrajudicial. O Paulo Neves tinha uma independência digna, mas civilizada. Eu acho que ele sabia ser fiel aos princípios em que sempre acreditou e sabia ser digno das ideias que procurava colocar em prática, mas de uma maneira civilizada, sem criar conflitos com quem quer que fosse, como deve ser, realmente, o bom *scholar*, ou seja, aquele que consegue fazer com que as ideias penetrem, frutifiquem e se espalhem, sem impô-las de qualquer forma, com um temperamento mais explosivo, mas, ao contrário com uma atitude permanentemente racional.

ECP – Desembargador. Salvo engano meu, o senhor se pós-graduou em Direito Público em 1964, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

JFF – Sim.

ECP – O Professor Paulo Neves foi o seu orientador?

JFF – Ele foi o meu orientador. Naquela época, em 1964, nós estávamos começando a dar os primeiros passos em termos de pós-graduação aqui em Minas Gerais. O Paulo neves foi o meu orientador de causa sentimental. Sempre trocávamos ideias, falávamos

⁶ CARVALHO, Elizabeth Neves de; CARVALHO, João Paulo Neves de; NEVES, Maria Irene de Melo; NEVES, Inês De Melo. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro / NR-PNC, 2014.

muito em sistemas acadêmicos, mas não havia aquele rigor que os órgãos acadêmicos, graças a Deus, imprimem hoje, com muito zelo, na formação acadêmica de quem queira se dedicar à atividade universitária. Então o Professor Paulo Neves me ajudou muito mais como exemplo silencioso de vida do que como orientador pedagógico. O que me chama atenção na figura do Paulo Neves de Carvalho é o exemplo silencioso que ele passou para todos nós sem pretender se autopromover, sem se revelar como um grande conhecedor daquela matéria, mas com o exemplo de vida, de vida de cidadão, de vida de professor, de vida de prestador de serviço público, nos municípios ou no Estado. Onde quer que estivesse, ele transpirava, com suas atitudes, com seus gestos, um amor devocional ao serviço público de boa qualidade. Então esse exemplo do Paulo Neves, ligado a uma outra face do seu comportamento, a mim tocou profundamente. Ele era um homem pobre, no sentido da palavra. Nunca teve um automóvel, nunca dirigiu, levava uma vida muito simples, vestia-se muito modestamente, não era frequentador de eventos – hoje tão comuns na vida da nossa sociedade. Ele era um típico franciscano que acreditava no que estava pregando. E ele, nas menores oportunidades... Se ele estava com um Prefeito, o seu diálogo com ele era uma pregação. Ele não escondia isso. Ele não consegui se conter, dentro da sua discrição – ele era um homem discreto e modesto. Ele acabava transbordando, por assim dizer, essa sua crença, essas suas esperanças em diálogos que viesse a ter com qualquer pessoa que tivesse responsabilidade no serviço público. Esse é o meu depoimento sobre esse tópico.

ECP – A figura do Professor Paulo Neves estabeleceu em torno de si uma verdadeira Escola Mineira de Direito Administrativo, uma escola que tem rendido bons frutos e bons resultados. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre isso.

JFF – Essa é talvez a derradeira fase da vida acadêmica do Paulo Neves de Carvalho. Com a estruturação dos conselhos de graduação nas universidades, o que levou a uma orientação mais científica, o Paulo Neves conseguiu, como professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG, trazer para a sua convivência algumas vocações que passariam despercebidas se não fosse por ele, aquele homem transbordante, aquele homem que se doava, que se entregava, que não comia, que não se cuidava do ponto de vista alimentar. A vida dele foi uma vida de doação, como um rio que, recebendo a água de seus afluentes, acaba transbordando pelas margens. Paulo Neves foi essa pessoa. E ele, sem a menor dúvida, conseguiu, com os seus orientandos, já em numa outra fase da Universidade Federal de Minas Gerais em que houve uma grande valorização dos cursos de pós-graduação, conseguiu, realmente, criar um grupo de pessoas a quem se atribuiu o nome de Escola Mineira de Direito Administrativo. Esse grupo realmente existe e está aí pontuando diversos setores da Administração Pública e, acredito eu, dando um bom testemunho dos ideais do Paulo Neves de Carvalho. Falo do Vicente de Paula Mendes⁷, do Plínio Salgado⁸, do Pedro Paulo de

7

8

Almeida Dutra⁹ e diversos outros professores da Faculdade na área de Direito Público, que são, digamos assim, rebentos do testemunho do Paulo Neves de Carvalho.

ECP – Acabamos de falar, Desembargador, sobre uma Escola Mineira de Direito Administrativo, ou seja, algo mais formal, mais científico. No entanto, a meu ver, é muito claro que há também outra escola: a escola de vida Paulo Neves de Carvalho. E essa é uma escola cujo fundador foi, e ainda é, um farol no que diz respeito aos valores republicanos, ao lugar da moral, da ética e das boas práticas.

JFF – Há a Escola Mineira de Direito Administrativo que é, realmente, uma face da atividade acadêmica. E há, para mim, essa outra escola, que me marcou muito mais do que a acadêmica, a formal. Não é uma titularidade formal que forma o verdadeiro cidadão, mas a atividade que o Paulo Neves pregava e vivia intensamente. Eu me lembro que, nos dias de eleição, ele pegava os filhos, ainda pequenos, e os levava à urna eleitoral para que verificassem como se exercia a cidadania naquele momento. Então, tudo nele era transbordante. Ele era um homem muito parecido, nesse aspecto, com o Frei Cláudio¹⁰, da Igreja do Carmo, igualmente transbordante no amor ao próximo e na procura da verdade, mas, ao mesmo tempo, bastante diferentes um do outro. A Escola Paulo Neves de Carvalho é, realmente, a meu ver também, muito viva, muito presente e muito importante na minha modesta formação.

ECP – Quanto ao lado humano do Professor Paulo Neves, ele se dizia um “machadiano”, pois admirava muito os escritos do Machado de Assis e, ao mesmo tempo, um “kafkiano”, pois também gostava muito dos livros do Franz Kafka. Assim sendo, ele dizia ser um realista, pois perseguia muito a realidade. É muito claro que o Professor sempre foi muito consciente daquilo que acontecia em torno dele, ao contrário, talvez, da maioria das pessoas. E eu pude perceber que muitos confundiram este apego de Paulo Neves à realidade com pessimismo, sobretudo no final da sua vida. Mas, no fundo, é evidente que ele era um grande otimista, pois tinha muitas esperanças em relação ao Estado de Minas Gerais e seus municípios, bem como em relação ao Brasil. O senhor teria algo a dizer a respeito desse pessimismo aparente do Professor?

JFF – Eu não creio que o Paulo Neves tenha sido um pessimista, pelo contrário. Eu o achava até um pouco sonhador em alguns aspectos. Ele acreditava, tinha os seus princípios, tinha suas ideias e tentava colocá-las em prática. Agora, ele sabia, e eu hoje, na minha idade sei que, entre a boa prática e o exercício da realidade que dela advém, há uma distância enorme, sobretudo em um país como o nosso, onde os costumes... Onde o serviço público era praticado de uma forma tão paternalista, de uma forma tão

9

¹⁰ **Frei Cláudio van Balen (1933)**. Natural de Wytgaard, Holanda, Frei Cláudio é graduado em Letras Clássicas (1958), pós-graduado em Teologia Dogmática, em Roma (1964), e graduado em Psicologia Clínica (1979). É escritor com mais de 40 livros publicados, autor de centenas de artigos em livros, revistas e jornais. Palestrante em temas múltiplos, abrangendo ética, cidadania, Teologia, espiritualidade, entre outros. Reside no Brasil desde 1950 e exerce seu apostolado na paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Belo Horizonte, desde 1967. Cidadão Honorário de Belo Horizonte, em 1990, e Personalidade do Ano em Belo Horizonte, em 1997. É Religioso Carmelita desde 1954. Fonte: <<http://www.freiclaudiovanbalen.com/>>. Acesso em 16 set. 2014.

pouco republicana. O Paulo Neves sabia que, realmente, entre a ideia e a realidade há uma imensa distância, de modo que precisaríamos de diversas gerações para que surjam novos hábitos culturais, novos hábitos acadêmicos, para que, realmente, nós possamos atingir a realidade com que ele sonhava. Pessimista não, sábio! Ele era um homem que tinha pressa, mas era capaz de esperar. Ele sabia que não adiantava nada querer apanhar o fruto antes dele ter tido a maturação dada pela natureza porque, se o apanhasse antes, ele seria insípido, sem sabor, porque estava ainda verdolengo. Então eu acho que ele se revelava um homem sábio, tolerante e esperançoso. A característica mais significativa da vida dele era, pra mim, a de uma esperança sábia. Ele não era um colegial, um adolescente que via ideias pululando por aí, mas uma pessoa que sabia o que estava fazendo e tinha esperanças de que isso um dia se transformasse em realidade. Isso podia demorar muito até que surgisse, como efetivamente surgiu, uma plêiade de jovens que, influenciados pela figura quase que messiânica do Paulo Neves de Carvalho, abraçaram o Direito Administrativo como uma bíblia e passaram a dar um testemunho bonito por aí, como você sabe, na magistratura, na atividade acadêmica, na vida pública – seja eletiva ou não, mas todos, a meu ver, rebentos de uma ideia que amadureceu no tempo e que se cristalizou em um grande número de seguidores. A Doutora Maria Coeli Simões¹¹ é um exemplo vivo disso. Ela é discreta e modesta. Ela se aproximou do Paulo Neves, o conheceu e escreveu uma tese belíssima quando se pós-graduou na faculdade.

ECP – Desembargador, discutimos todos os tópicos que destinei à nossa conversa. Sinta-se à vontade para dizer algo mais a propósito de considerações finais, se o senhor preferir.

JFF – Eu gostaria de dizer apenas o seguinte, Evaristo. A figura do Paulo Neves de Carvalho que hoje conservo, não é a do grande Professor, a do grande pensador, a do grande caráter. Não. Eu guardo do Paulo Neves a figura de um franciscano sábio, como se eu estivesse diante de um antecipado Francisco – o Papa Francisco em quem nós todos depositamos tantas esperanças, um homem que não se preocupava com ele próprio ou com bens materiais. Ele morreu pobre, cheio de dívidas, com dificuldades. Mas creio que foi feliz porque conseguiu transbordar-se em tudo o que fazia, por amor, à qualidade do serviço público, aos princípios republicanos, à ética, à cidadania, à transitoriedade dos mandatos, à prestação de contas e àquela consciência de que talvez não houvesse a necessidade de uma lei sobre licitações porque, se o bem é público e se o regime é republicano, esse bem público só pode ser fruído através do sistema de mérito, que é a licitação e o concurso público.

[FINAL DO DEPOIMENTO]